



ANÁLISE JURÍDICA DE AUTOS DE INFRAÇÃO/IEF

Nome do Autuado: ECIS EMPREENDIMENTO LTDA	
CPF/CNPJ: 23.393.200/0001-57	
Nº do Processo Adm.: 000830/03	Nº. do Auto de Infração: AI 020791-1/A

I – DO VALOR DA MULTA:

Valor original da multa: R\$ 16.605,00

Valor definido pela CORAD: R\$ 16.605,00



II – NOTIFICAÇÃO DO AUTUADO:

DO AUTO DE INFRAÇÃO: Com flagrante: Presença da assinatura do autuado constante do Auto de Infração. Prazo de 30 dias para apresentação da defesa administrativa nos termos da legislação vigente à época.

DA DECISÃO DA CORAD: publicação na Imprensa Oficial. Prazo de 30 dias para apresentação do pedido de reconsideração.

III – DA TEMPESTIVIDADE:

- a) **DA DEFESA ADMINISTRATIVA:** Tempestivo
- b) **DO PEDIDO DE RECONSIDERAÇÃO:** Tempestivo

IV – DO EMBASAMENTO LEGAL:

O procedimento em questão teve trâmite regular com a lavratura do competente Auto de Infração nos termos da Lei Estadual 14.309/02

V – DOS FATOS:

Trata-se o expediente de procedimento administrativo que resultou na aplicação ao autuado de pena de multa florestal descrita no auto de infração, onde fora proferida decisão de primeira instância mantendo a autuação.

Inconformado com a decisão da Comissão de Recursos Administrativos – CORAD apresentou seu Recurso administrativo, o qual se avalia a juridicidade neste ato.

O requerente não apresenta argumentos jurídicos válidos para descaracterizar o presente auto de infração, tão pouco comprova documentalmente as suas alegações.

Após a apresentação do recurso fora apresentada manifestação do conselho onde pugnava pelo reconhecimento da prescrição do referido processo. Apesar de entendermos como sendo pedido apresentado de forma inadequada (documento apócrifo) vale destacar que não lhe assiste razão, pois a fundamentação jurídica não encontra respaldo nos entendimentos mais modernos acerca do tema "Prescrição".

M